

# Sumário

<b>Capítulo I ▶ LIÇÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>23</b>
1. Introdução.....	23
2. Proteção integral e absoluta prioridade.....	24
3. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito .....	26
4. Conceito de criança e de adolescente .....	27
5. Aplicação do Estatuto a quem já completou a maioridade .....	28
6. Interpretação do Estatuto.....	28
7. Competência legislativa .....	29
<b>Capítulo II ▶ DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>31</b>
1. Dignidade da pessoa humana .....	31
2. Direito à vida e à saúde .....	32
2.1. Substituição da prisão preventiva pela domiciliar .....	36
3. Identificação adequada .....	37
4. Maus-tratos, castigo físico e tratamento cruel ou degradante – comunicação ao conselho tutelar .....	38
5. Preocupação com entrega da criança à adoção.....	39
6. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	40
7. Direito a educação sem castigo físico, tratamento cruel ou degradante .....	42
8. Políticas públicas da primeira infância.....	43
9. Depoimento sem dano .....	46
<b>Capítulo III ▶ DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR .....</b>	<b>53</b>
1. Introdução.....	53
2. Convivência familiar.....	53
3. Permanência fora do convívio familiar – limites.....	56
4. Entrega do filho para adoção.....	57
5. Apadrinhamento .....	59
6. Igualdade de direitos entre os filhos.....	61
7. Poder familiar .....	61
7.1. Repercussões jurídicas do abandono afetivo .....	63
8. Carência de recursos materiais.....	65
9. Condenação criminal .....	66
10. Processo judicial contraditório para perda ou suspensão do poder familiar .....	68
11. Família natural .....	69
12. Reconhecimento de filho e de estado de filiação .....	70

Capítulo IV ▶ <b>FAMÍLIA SUBSTITUTA</b> .....	73
1. Introdução .....	73
2. Diretrizes gerais sobre a colocação em família substituta .....	73
2.1. Oitiva da criança e do adolescente .....	73
2.2. Preferência por família substituta com relação de parentesco .....	74
2.3. Grupos de irmãos .....	74
2.4. Criança ou adolescente indígena ou de origem quilombola .....	74
2.5. Incompatibilidade e ambiente inadequado .....	74
2.6. Impossibilidade de transferência para terceiros .....	75
2.7. Família substituta estrangeira.....	75
3. Guarda.....	75
3.1. Classificação .....	77
3.2. Direito de visitação dos pais .....	78
3.3. Guarda e dependência econômica.....	79
3.4. Guarda e benefícios previdenciários.....	79
4. Tutela .....	81
5. Adoção .....	82
5.1. Classificação .....	83
5.1.1. Adoção conjunta .....	83
5.1.2. Adoção unilateral .....	83
5.1.3. Adoção póstuma.....	84
5.1.4. Adoção <i>intuitu personae</i> .....	84
5.1.5. Adoção internacional.....	85
5.1.6. Adoção à brasileira .....	85
5.2. Principais características.....	86
5.2.1. Excepcionalidade da medida .....	86
5.2.2. Vínculos decorrentes da adoção .....	86
5.2.3. Natureza jurídica .....	87
5.2.4. Idades do adotante e do adotando .....	87
5.2.5. Judicialização da adoção.....	88
5.2.6. Prioridade de tramitação dos processos de adoção.....	89
5.2.7. Prevalência dos interesses do adotando .....	89
5.2.8. Prazo de conclusão do processo de adoção .....	89
5.3. Vedações .....	90
5.3.1. Vedação à adoção por procuração .....	90
5.3.2. Vedação à adoção por ascendentes e irmãos.....	90
5.3.3. Vedação à adoção decorrente de tutela ou curatela .....	92
5.4. Peculiaridades.....	93
5.4.1. Adoção por casal homoafetivo .....	93
5.4.2. Adoção do nascituro .....	94

5.4.3. Dupla paternidade x adoção unilateral.....	95
5.5. Requisitos.....	96
5.5.1. Consentimento dos pais e do adolescente .....	96
5.5.2. Estágio de convivência .....	96
5.6. Cadastros .....	97
5.6.1. Hipóteses de adoção fora do cadastro de postulantes.....	99
5.7. Adoção internacional .....	101
5.7.1. Conceito de adoção internacional .....	102
5.7.2. Requisitos para concessão da adoção internacional.....	103
5.7.3. Habilitação para adoção internacional.....	104
5.7.4. Organismos internacionais de adoção.....	104
5.7.5. Adoção realizada no exterior .....	106
5.8. Efeitos da adoção .....	108
5.9. Direito de conhecer a origem biológica .....	109
6. Quadro comparativo entre guarda, tutela e adoção.....	109
<b>Capítulo V ▶ EDUCAÇÃO .....</b>	<b>113</b>
1. Introdução.....	113
2. Garantias do direito à educação.....	113
3. Deveres do poder público quanto ao direito à educação.....	114
4. Peculiaridades e interpretações jurisprudencias sobre o direito à educação.....	116
4.1. Ensino domiciliar ( <i>homeschooling</i> ) .....	116
4.2. Princípio da reserva do possível.....	117
4.3. Escola em período integral.....	119
5. Comunicação ao Conselho Tutelar.....	119
<b>Capítulo VI ▶ PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO .....</b>	<b>121</b>
1. Introdução.....	121
2. Idade mínima para trabalho .....	121
3. Proteção ao trabalho do adolescente.....	122
<b>Capítulo VII ▶ PREVENÇÃO.....</b>	<b>127</b>
1. Introdução.....	127
2. Prevenção referente à informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos .....	128
2.1. Classificação indicativa – inconstitucionalidade declarada pelo STF .....	129
3. Prevenção à venda de produtos e serviços .....	130
4. Autorização para viajar .....	132
4.1. Viagem ao exterior.....	133
4.2. Autorização para viagem ao exterior e Resolução nº 131/2011 do CNJ .....	133

<b>Capítulo VIII ▶ POLÍTICA DE ATENDIMENTO</b> .....	135
1. Introdução .....	135
2. Histórico sobre a política de atendimento .....	135
3. Política de atendimento atual .....	136
3.1. Linhas de ação e diretrizes .....	137
4. Entidades de atendimento .....	140
4.1. Registro das entidades junto ao Conselho Municipal .....	142
4.2. Entidades voltadas ao acolhimento institucional e familiar .....	143
4.2.1. Princípios das entidades de acolhimento .....	143
4.2.2. Fiscalização das entidades de acolhimento: audiências concentradas....	145
4.2.3. Dirigente da entidade: guardião.....	150
4.3. Entidades voltadas à internação .....	150
5. Fiscalização das entidades .....	151
<b>Capítulo IX ▶ MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b> .....	153
1. Introdução .....	153
2. Situação de risco.....	153
3. Agentes.....	154
4. Rol de princípios.....	154
5. Medidas específicas de proteção.....	157
6. Acolhimento.....	158
6.1. Características .....	158
6.2. Guia de acolhimento .....	159
6.3. Plano individual de atendimento .....	159
6.4. Cadastro de crianças e adolescentes em programas de acolhimento .....	160
7. Proteção à vítima de abuso sexual .....	160
8. Regularização do registro .....	161
9. Situação de risco e fixação de competência.....	162
10. Medida de proteção X Medida socioeducativa .....	162
<b>Capítulo X ▶ PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL: DIREITOS E GARANTIAS</b> .....	165
1. Introdução .....	165
2. Conceito de crime .....	165
3. Tempo do ato infracional/crime .....	166
4. Aplicação de medida socioeducativa .....	166
5. Direitos individuais .....	167
5.1. Privação de liberdade .....	167
5.2. Identificação dos responsáveis pela apreensão e informação sobre seus direitos .....	168
5.3. Comunicação à família .....	169

5.4. Liberação imediata .....	169
5.5. Prazo de internação provisória.....	169
5.5.1 Prazo de internação provisória e a pandemia de coronavírus.....	171
5.6. Identificação compulsória.....	173
5.7. Não ser conduzido em compartimento fechado de veículo policial.....	173
5.8. Vedação de cumprimento da internação em estabelecimento prisional .....	173
6. Garantias processuais.....	174
<b>Capítulo XI ► MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....</b>	<b>177</b>
1. Introdução.....	177
2. Rol de medidas socioeducativas .....	177
3. Objetivos.....	178
4. Principais características .....	179
4.1. Requisitos para escolha da medida socioeducativa.....	179
4.2. Vedação de trabalhos forçados .....	179
4.3. Tratamento diferenciado para os portadores de deficiência mental.....	180
4.4. Cumulação e substituição de medidas.....	180
4.5. Comprovação de autoria e materialidade da infração .....	180
4.6. Idade máxima para cumprimento de medidas socioeducativas.....	181
4.7. Prescrição de medidas socioeducativas .....	182
4.8. Princípio da insignificância.....	184
5. Advertência .....	185
6. Obrigação de reparar o dano.....	185
7. Prestação de serviços à comunidade .....	185
8. Liberdade assistida.....	186
9. Semiliberdade .....	187
10. Internação .....	188
10.1. Princípios pertinentes à internação .....	188
10.2. Realização de atividades externas.....	190
10.3. Prazo de cumprimento da medida.....	191
10.4. Sistemática de aplicação da medida de internação.....	195
10.4.1. Ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa .....	196
10.4.2. Reiteração no cometimento de outras infrações graves .....	198
10.4.3. Descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta – regressão .....	200
10.5. Característica do período de cumprimento da internação .....	202
<b>Capítulo XII ► REMISSÃO .....</b>	<b>205</b>
1. Introdução.....	205

2. Momento para concessão da remissão .....	205
3. Características .....	206
<b>Capítulo XIII ► MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS E RESPONSÁVEIS .....</b>	<b>211</b>
1. Introdução .....	211
2. Medidas .....	211
<b>Capítulo XIV ► CONSELHO TUTELAR .....</b>	<b>215</b>
1. Introdução .....	215
2. Características .....	215
3. Composição e características dos integrantes .....	216
4. Atribuições .....	217
<b>Capítulo XV ► JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE .....</b>	<b>221</b>
1. Introdução .....	221
2. Aspectos gerais do acesso à Justiça .....	221
2.1. Acesso à Justiça e direito de petição infanto-juvenil .....	221
2.2. Assistência jurídica gratuita .....	221
2.3. Gratuidade nos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude .....	223
2.4. Capacidade civil, capacidade processual e curadoria especial .....	223
2.5. Divulgação de atos referentes a crianças e adolescentes .....	225
3. Justiça da Infância e da Juventude .....	226
4. Competência .....	226
4.1. Competência territorial .....	227
4.2. Competência material .....	229
4.3. Competência para regular da presença de crianças e adolescentes em eventos .....	230
4.4. Delegação do cumprimento de medidas .....	231
4.5. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça Federal .....	232
4.6. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça do Trabalho .....	232
4.7. Aplicação de infrações administrativas .....	233
4.8. Ampliação da competência por lei estadual .....	233
5. Serviços auxiliares .....	234
<b>Capítulo XVI ► PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>235</b>
1. Introdução .....	235
2. Características gerais .....	236
2.1. Aplicação subsidiária da legislação processual .....	236
2.2. Prioridade na tramitação de processos .....	236
2.3. Contagem de prazos .....	237

2.4. Flexibilidade procedimental .....	238
3. Perda ou suspensão do poder familiar .....	239
3.1. Legitimidade ativa .....	239
3.2. Petição inicial .....	239
3.3. Concessão de liminar .....	240
3.4. Citação e defesa .....	240
3.5. Instrução processual .....	240
3.6. Sentença .....	243
3.7. Prazo de conclusão do procedimento .....	243
4. Destituição de tutela .....	243
5. Colocação em família substituta .....	244
5.1. Procedimento simplificado de colocação em família substituta .....	244
5.2. Procedimento litigioso de colocação em família substituta .....	245
5.3. Cumulação do pedido expresso de destituição do poder familiar para adoção .....	247
6. Habilitação dos pretendentes à adoção .....	247
7. Apuração de irregularidades em entidade de atendimento .....	250
8. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente .....	251
9. Infiltração de agentes de polícia para investigação de crimes .....	252
<b>Capítulo XVII ► APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL .....</b>	<b>255</b>
1. Introdução .....	255
2. Apreensão e encaminhamento .....	255
3. Providências na autoridade policial em caso de flagrante de ato infracional .....	256
4. Ministério Público .....	256
4.1. Encaminhamento .....	256
4.2. Formação da convicção do Ministério Público .....	257
4.3. Possíveis medidas do Ministério Público .....	259
4.3.1. Arquivamento X Remissão .....	259
4.3.2. Representação para aplicação de medida socioeducativa .....	260
4.3.3. Prova pré-constituída .....	261
4.3.4. Representação da vítima para propositura da demanda – desnecessidade .....	262
5. Prazo de conclusão do procedimento .....	263
6. Citação e designação de audiência de apresentação .....	263
6.1. Providências para realização da audiência de apresentação .....	263
6.2. Audiência de apresentação .....	264
6.3. Defesa prévia .....	266
6.4. Audiência em continuação .....	267

7. Sentença.....	268
7.1. Vedação de internação é diferente de absolvição.....	269
8. Termos jurídicos próprios do Estatuto .....	270
<b>Capítulo XVIII ▶ RECURSOS .....</b>	<b>271</b>
1. Introdução.....	271
2. Preparo .....	271
3. Prazos.....	272
4. Tramitação prioritária dos recursos.....	273
5. Apelação.....	274
5.1. Juízo de retratação .....	274
5.2. Efeitos.....	275
5.3. Cabimento contra portarias e alvarás .....	278
5.4. Ampliação do colegiado (CPC, art. 942) e vedação da <i>reformatio in pejus</i> .....	278
<b>Capítulo XIX ▶ MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E TUTELA DE DIREITOS .....</b>	<b>281</b>
1. Ministério Público.....	281
1.1. Introdução.....	281
1.2. Rol de atribuições.....	281
1.3. Atuação do Ministério Público na Justiça da Infância e Juventude.....	283
1.4. Prerrogativa .....	284
2. Advocacia .....	284
3. Tutela de direitos individuais e coletivos .....	286
3.1. Introdução.....	286
3.2. Legitimidade.....	287
3.3. Competência .....	287
3.4. Litisconsórcio de Ministérios Públicos .....	287
3.5. Amplitude de instrumentos processuais .....	287
<b>Capítulo XX ▶ CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>289</b>
1. Introdução.....	289
2. Leis penais e processuais penais.....	289
3. Ação pública incondicionada .....	289
4. Prescrição de crimes praticados contra crianças e adolescentes .....	290
5. Reincidência para crimes de abuso de autoridade.....	290
6. Crimes em espécie.....	291
7. Infrações administrativas.....	307
7.1. Prescrição de infrações administrativas .....	308
7.2. Infrações administrativas em espécie.....	309



<b>Capítulo XXI ▶ SINASE</b> .....	319
1. Introdução .....	319
2. Objetivos das medidas socioeducativas.....	320
3. Conceitos básicos.....	321
4. Repartição de competências e atribuições.....	321
4.1. União .....	321
4.2. Estados .....	323
4.3. Municípios .....	324
4.4. Distrito Federal.....	325
5. Plano de Atendimento Socioeducativo .....	325
5.1. Avaliação do Plano de Atendimento .....	326
6. Programas de atendimento .....	327
6.1. Inscrição dos programas .....	327
6.2. Programas de meio aberto.....	328
6.3. Programas de privação de liberdade .....	329
6.4. Responsabilização.....	329
7. Financiamento .....	330
8. Execução de medidas socioeducativas .....	330
8.1. Princípios.....	330
8.2. Direitos individuais .....	332
8.3. Procedimentos .....	334
8.3.1. Características .....	334
8.3.2. Plano individual de atendimento.....	335
8.3.3. Reavaliação e substituição da medida ou do plano individual de atendimento .....	338
8.3.4. Nova imposição de medida no curso da execução.....	340
8.3.5. Direito de visita a adolescente em unidade de internação .....	342
8.3.6. Extinção da medida socioeducativa.....	343
9. Direito à saúde durante o cumprimento da medida.....	344
9.1. Diretrizes .....	344
9.2. Ligação do direito à saúde com o SUS .....	344
9.3. Mãe adolescente e o direito à amamentação.....	345
9.4. Adolescente com transtorno mental e dependência química .....	345
10. Regime disciplinar.....	345
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	349